

**UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM SALA DE AULA REGULAR COM  
DEFICIENTES VISUAIS: RECONHECENDO POTENCIALIDADES E  
LIMITAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DO ENSINO**

Camilla Ehrat Dias  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Câmpus Curitiba  
milladiaz@msn.com

Quelen Silveira Coden  
Escola Estadual Dom Pedro II  
quelencoden@yahoo.com.br

Maria Lucia Panossian  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Câmpus Curitiba  
mlpanossian@utfpr.edu.br

**Resumo:**

Neste artigo se apresenta a experiência vivenciada por uma licencianda do curso de matemática em sala de aula de ensino regular com estudantes com deficiência visual incluídos. A situação se deu na vivência do estágio obrigatório, sendo gerada pela necessidade de compreender a organização de ensino de conceitos matemáticos em turmas com estas condições. Define-se como objetivo principal deste texto reconhecer as potencialidades e limitações de ação do professor visando a apropriação de conceitos matemáticos por estudantes com deficiência visual incluídos em sala de aula regular. Destaca-se nesta análise que, ainda que hajam exigências em relação à ação do professor, esta não se dá de forma isolada e está atrelada às condições possibilitadas pela legislação; organização do sistema com apoio de Salas de recursos multifuncionais, tempo e recursos para preparação das situações de ensino.

**Palavras-chave:** Ensino de matemática. Deficientes visuais. Estágio obrigatório.

**Introdução**

A disciplina de estágio supervisionado na Universidade Tecnológica Federal do Paraná, é ofertada nos últimos quatro semestres do curso. Os dois primeiros estágios (1 e 2), ofertados no 5º e 6º período do curso, são estágios de observação das ações escolares e programas curriculares, e os dois últimos estágios (3 e 4) ofertados no 7º e 8º período do

curso, são estágios de regência em aulas de matemática do Ensino Fundamental, Médio e EJA<sup>1</sup>.

Não está prevista na configuração e distribuição dos estágios que o licenciando atue obrigatoriamente com estudantes da educação especial, mas, dependendo da escola escolhida para ser realizado o estágio, o estudante pode encontrar estudantes com necessidades educacionais especiais incluídos em sala de aula regular.

Neste relato se descreve a situação de uma licencianda que estagiou em escolas de Ensino Fundamental e Médio que atendem estudantes com deficiência visual em sala de aula regular. A escola de Ensino Fundamental da rede pública estadual, atende aproximadamente 600 estudantes do 6º ao 9º ano e tradicionalmente recebe estudantes com deficiência visual, motivo pelo qual conta com uma Sala de recursos multifuncionais da área visual.

Tendo percebido a necessidade de atender este público e as limitações em sua formação, a estagiária buscou realizar parte de suas horas de regência nessas turmas, organizando seus planos de aula. Além disso, tocada pela necessidade de maiores reflexões e análises a respeito organizou seu trabalho de conclusão de curso relacionado a este tema. Este está em fase de conclusão até o fim do primeiro semestre de 2017.

Tanto na fase de elaboração dos planos de aula e regência do estágio, quanto dos estudos e pesquisas para a realização do trabalho de conclusão de curso, a licencianda contou com apoio da orientadora de estágio e do TCC, da professora da Sala de recursos multifuncional, e do professor Rubens Ferronato, criador da tecnologia assistiva *Multipiano*.<sup>2</sup>

Assim, este texto surge das necessidades de aprofundamento dos estudos para formar-se como professora e refletir sobre sua prática e do reconhecimento das influências e condições necessárias para o atendimento de deficientes visuais em sala de aula regular, procurando compreender as potencialidades e limitações da ação do professor.

Nesse sentido identificaram-se alguns aspectos que fizeram parte dos estudos e que serão destacados no decorrer do texto enquanto se apresenta a ação planejada para a sala de aula. Entre o que se considera como relevante: conhecimento da legislação; condições do sistema de ensino e a Sala de recursos multifuncionais; o reconhecimento do papel do

---

<sup>1</sup> Esta é a configuração do estágio dentro do curso de licenciatura em Matemática até o ano de 2016, momento em que ainda foi desenvolvido este relato. A estrutura dos estágios está em processo de mudança a partir do primeiro semestre de 2017.

<sup>2</sup> O *Multipiano* “é constituído por um tabuleiro retangular operacional (com furos distribuídos regularmente), nos quais são encaixados pinos, fixados elásticos, hastes de corpo circular para sólidos geométricos, hastes para cálculo em funções ou trigonometria, base de operação, barras para gráficos de estatística, disco circular que apresenta em sua periferia uma sequência de orifícios circulares, onde podem ser combinadas duas ou mais peças pertinentes a uma determinada operação matemática que se pretenda aprender e compreender por meio da visão e do tato”. Fonte: <<http://multiplano.com.br>>. Acesso em: Novembro de 2016

professor; as especificidades do público deficiente visual (a questão da linguagem e simbologia matemática); recursos didáticos; outras experiências de ensino de conceitos matemáticos.

### **A experiência do estágio**

A experiência aqui relatada aconteceu durante a disciplina de Estágio 4 do curso de Licenciatura em Matemática, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

A referida aula se deu em duas turmas de 9º ano do Ensino Fundamental de uma escola estadual localizada no bairro Batel na cidade de Curitiba no segundo semestre de 2016. A escola possui uma Sala de recursos multifuncionais sendo, portanto, uma das referências no ensino a crianças com deficiência visual. Foram cumpridas horas de estágio na em uma turma do 9º ano em que haviam dois estudantes deficientes visuais, sendo um com baixa visão e outro cego, em decorrência deste fato, a turma se apresentava menos numerosa, contendo por volta de 27 estudantes, e também em outra turma do 9º ano, que era mais numerosa, com aproximadamente 36 estudantes, pois possuía apenas um estudante com baixa visão.

### **Identificando os estudantes e a realidade escolar**

Reconhecer as características dos estudantes, suas potencialidades e limitações é essencial para a organização do ensino. Assim, uma ação foi a de estudar a legislação a fim de tentar compreender como ocorre o processo de inclusão no ensino regular e também, realizar estudo bibliográfico sobre o ensino de matemática para cegos e possibilidades de aplicação para todos os estudantes.

A forma como a deficiência é entendida condiciona o espaço que essas pessoas ocupam na sociedade. Até metade do século XX o conceito de deficiência remetia a características de inatismo e de estabilidade.

[...] tal concepção impulsionou um grande número de trabalhos que procuraram resumir em diferentes categorias todos os possíveis transtornos que poderiam ser detectados. Ao longo dos anos as categorias foram se modificando [...], mas preservavam o traço comum de que o transtorno era um problema inerente à criança com poucas possibilidades de intervenção

educativa e de mudança. (COLL, 2004, p. 15).

As consequências dessa visão determinista do desenvolvimento, modelo médico da deficiência, foram os testes de inteligência (QI) generalizados com o objetivo de classificar as pessoas entre normais e deficientes, assim como o surgimento das escolas especiais como alternativa para o atendimento educacional desses estudantes.

A partir de 1940 os estudos começam a levar em consideração as influências sociais e culturais como responsáveis também por um funcionamento intelectual deficitário e as instituições especializadas ganham mais espaço. Na década de 60 ocorrem mudanças significativas na educação especial e a deficiência passa a ser entendida sob o viés de uma perspectiva educacional. A terminologia “necessidades educacionais especiais” foi ratificada internacionalmente na Declaração de Salamanca, mas no Brasil desde 1986 o Ministério da Educação e Cultura (MEC) já adotava tal designação.

Essa nova visão prevê mais recursos e mais professores especializados para que os estudantes tenham acesso ao currículo, possibilitando que aqueles com deficiência sejam atendidos, preferencialmente, no ensino regular.

A principal dificuldade que encontramos ainda hoje no ensino inclusivo é o fato de a sociedade atentar mais para as dificuldades e impedimentos do que nos potenciais e qualidades de tais pessoas. A Declaração de Salamanca<sup>3</sup> estabelece que cabe ao governo adotar a inclusão com força de lei, a fim de matricular todas as crianças em escolas regulares, com exceção apenas de casos específicos que forcem a agir de maneira diferenciada ou que fique comprovado ser em nome do bem-estar da criança.

Em 1998 foi redigido os Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares (PCN-AC) onde são propostas adequações curriculares como: alterações nos objetivos, no tratamento e desenvolvimento de conteúdos, no processo avaliativo e no tempo e organização dispensada aos conteúdos, cuja finalidade é subsidiar a prática docente e auxiliar na aprendizagem dos estudantes. E referente à inclusão ressalta ainda que:

O acesso à escola extrapola o ato da matrícula e implica apropriação do saber e das oportunidades educacionais oferecidas à totalidade dos alunos com vistas a atingir as finalidades da educação, a despeito da diversidade na população escolar. (BRASIL,1998, p.15).

---

<sup>3</sup> BRASIL. (1994) *Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais*. Promulga sobre princípios, política e prática na área das necessidades educativas especiais. Brasília: Diário Oficial da União.

As adaptações propostas no documento levam em consideração as qualidades, capacidades e potenciais da criança, não se baseiam mais, como até então ocorria, em suas limitações e deficiências. E que:

As adaptações curriculares são medidas pedagógicas adotadas em diversos âmbitos: no nível do projeto pedagógico da escola, da sala de aula, das atividades e, somente quando absolutamente necessário, aplicam-se ao aluno individualmente. (BRASIL,1998, p.59).

Mais recentemente, foi instituído o Plano Nacional da Educação (PNE) correspondente ao decênio 2011-2020, aprovado como Lei Ordinária 13005/2014, traz como Meta 4 a Universalização do atendimento escolar aos estudantes entre 4 e 17 anos, com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, na rede regular de ensino.

E ainda através da lei nº 13.146 (BRASIL, 2015) fica instituído o Estatuto da Pessoa com Deficiência que, em seu capítulo IV, enfatiza o direito à educação e faz referência ao termo inclusão. Em seu artigo 28 é atribuída a responsabilidade ao governo de incentivar e proporcionar pesquisas e desenvolvimento de novas tecnologias e materiais para facilitar o ensino de pessoas com deficiência e proporcionar a formação adequada de professores visando a educação especial. Entretanto, pouco se tem caminhado para o devido cumprimento da mesma, a inclusão e o atendimento a diferentes necessidades dos estudantes não é enfatizada nos cursos de Licenciatura, deste modo, o professor chega despreparado, sem saber como proceder com as dificuldades encontradas, acarretando assim, o descumprimento da lei, que em seu parágrafo único, cita como sendo dever do estado, da família e da escola prezar pela qualidade do ensino.

Para Vygotsky (apud FERNANDES, 2008), os indivíduos cegos possuem desenvolvimento cognitivo normal, e a falta de experiências visuais pode ser suprida com o uso de representações concretas. Vygotsky (1995) ressalta ainda que não se pode tratar a cegueira apenas como uma deficiência, mas, em certo ponto, como uma fonte de manifestação de suas capacidades.

Faz-se tarefa do professor buscar estímulos e instrumentos adequados, a fim de que os estudantes possam ter acesso ao conhecimento a partir de intervenções e interações. Em relação aos estudos bibliográficos, DA COSTA (2014), DIAS e SOUZA (2007), FERNANDES (2008), FERRONATO (2002), etc., até então realizados, percebe-se preocupação em comum na maioria dos artigos e atas de congressos e seminários em relação a

como ensinar matemática de forma que os alunos com deficiência visual possam ter acesso a todo conteúdo e como ensinar uma disciplina que utiliza muitas imagens, inclusive nos livros didáticos. Foi com esta linha de pensamento, que a preocupação na organização da regência do estágio se voltou para o ensino de conceitos de estatística, preocupando-se com a utilização de recursos, materiais e linguagem adequada, evitando o foco no ensino visual da matemática, tornando-a inteligível, não apenas para os estudantes com deficiência visual, mas também para os demais.

### **Definindo o conteúdo matemático, o plano de aula e os recursos utilizados**

Quanto à escolha do tema que seria trabalhado, a professora regente admitiu não ter muita afinidade com os conteúdos de estatística, probabilidade e combinatória, deixando sempre os mesmos para o final do ano. A fim de não comprometer a organização e desenvolvimento das aulas da professora, optou-se então por trabalhar tais conteúdos, pois, num primeiro momento, pareceram ser muito desafiadores considerando a presença de estudantes deficientes visuais nas turmas.

A aula aqui relatada se refere ao conteúdo de estatística, sendo este o primeiro conteúdo trabalhado pela estagiária nas turmas. O objetivo principal ao desenvolver tal atividade foi o de promover a inclusão, levando o estudante a pensar no outro e em suas necessidades, considerando que o fluxo de estudantes com deficiência visual naquela escola era constante. A atividade possuía ainda como objetivo, a compreensão por parte dos estudantes de noções básicas de estatística, como tipos de variáveis e medidas de tendência central, além de interpretação de diferentes tipos de gráficos.

Para a realização desta sequência de ensino foram necessárias seis aulas de 50 minutos cada em cada uma das turmas, sendo realizadas duas aulas por turma toda segunda-feira durante três semanas consecutivas.

Em alguns momentos contou-se ainda, com o apoio da Sala de recursos multifuncionais. No Paraná, a Instrução Normativa nº 06/2016 SEED/SUED regulamenta esse serviço na área visual. De acordo com essa instrução:

O atendimento será disponibilizado aos estudantes cegos, de baixa visão ou outros acometimentos visuais, a partir de 06 (seis) anos, regularmente matriculados nas instituições de ensino que ofertam o Ensino Fundamental (anos finais) ou Ensino Médio, atendidos na rede pública. Poderão ser atendidas também, pessoas da comunidade com cegueira ou baixa visão (bebês e adultos) não matriculados nas

instituições de ensino e que necessitam de atendimento complementar e suplementar como estimulação essencial, orientação e mobilidade, sistema braille, sorobã, atividades de vida autônoma e social, informática educacional acessível, dentre outros, até serem supridas suas necessidades. O número máximo para cada Sala de Recursos Multifuncionais é de 10 (dez) estudantes com atendimento por cronograma. (PARANÁ, 2016, p.1).

Além de todas as atribuições citadas acima, cabe ao mesmo profissional o trabalho de apoio pedagógico, produção de materiais didáticos e pedagógicos acessíveis e orientação à professores do ensino regular.

É importante ressaltar que o professor da sala de recursos, apesar de auxiliar os professores da classe regular e fazer as devidas adaptações dos materiais necessários para o ensino dos estudantes com NEE, não tem a função de ensiná-los diretamente, o professor da sala de recursos em hipótese alguma substitui o professor da sala de aula regular. Sendo assim, na sala de recursos o estudante receberá além de suporte para seu desenvolvimento social, atendimento individual que visa melhor compreensão do conteúdo visto em sala de aula, utilizando-se de materiais adaptados e outros recursos necessários.

### **Relatando e analisando a experiência**

A aula foi iniciada com a fala da estagiária sobre a importância da matemática e a utilização da estatística nos dias atuais, a intenção era gerar motivação nos alunos pelo conteúdo proposto. A estagiária optou por não escrever no quadro negro, todos os conceitos que necessitavam de registro pelos estudantes eram ditados, sendo o controle da velocidade do mesmo baseado no estudante com baixa visão, vale ressaltar que a estudante cega presente em uma das turmas fazia uso do computador, portanto, possuía agilidade, quando comparado aos demais, ao digitar o que se pedia.

Foram utilizadas duas aulas, de 50 minutos cada, para explicar alguns conceitos de estatística, como a classificação de variáveis e as medidas de tendência central. Os conceitos foram exemplificados através de uma pesquisa feita durante a aula e os dados coletados com a ajuda do Multiplano, o tema da pesquisa foi escolhido pelos próprios alunos. O tema sugerido em uma das turmas foi “a quantidade de Pokémon que cada um conseguiu caçar”, e na outra turma os estudantes sugeriram que a pesquisa fosse sobre “preferência de comida” (coxinha, pizza, pastel e chocolate).

A etapa seguinte foi a de distribuição de alguns pictogramas retirados de revistas, tendo o cuidado de selecionar pesquisas que fossem interessantes e relevantes para os



estudantes como, por exemplo, o índice de defeitos em celular, os brinquedos mais perigosos, os sonhos mais comuns, preferência musical. Dois dos pictogramas retirados das revistas foram adaptados para os estudantes deficientes visuais, a adaptação foi feita pela professora da Sala de recursos multifuncionais.

Durante a explanação solicitava-se que os estudantes deficientes visuais interagissem a todo o momento, opinando e respondendo as questões feitas, sendo que em alguns momentos eles participaram sem haver a necessidade de incentivá-los. Por fim, foi explicado aos estudantes qual seria o trabalho que deveriam realizar. A proposta era que se reunissem em grupos de até cinco componentes, e que realizassem uma pesquisa estatística com os demais estudantes da escola. O tema seria escolhido pela própria equipe, e depois de realizada a pesquisa os dados obtidos deveriam ser organizados em um gráfico de sua preferência (barras, linhas, setores), que deveria atender as condições de acessibilidade, ou seja, deveria ser tanto visual quanto tátil, de modo que os colegas de turma e demais visitantes da escola com deficiência visual pudessem compreender a pesquisa realizada. Foi possível perceber que, ao final da aula, a maioria já estava se organizando em grupos e discutindo sobre qual tema fariam a pesquisa.

Nas aulas da semana seguinte, como a professora da sala de recursos multifuncional, que estava encarregada de auxiliar com o Braille na confecção dos cartazes, estava em um congresso, os estudantes durante as duas aulas puderam realizar a confecção dos cartazes.

Apenas dois grupos de uma das turmas estavam sem realizar a atividade, porém já tinham feito a pesquisa anteriormente. Quanto aos demais, demonstraram muito comprometimento ao realizarem a pesquisa previamente durante os intervalos das aulas e ao levar para a aula vários materiais que utilizariam na confecção dos gráficos.

No último dia de trabalho foi necessária uma aula de 50 minutos para a conclusão dos gráficos, sendo grande a procura pela professora da sala de recursos multifuncional. Em alguns momentos a sala de aula ficou praticamente vazia, pois havia certa liberdade para que os estudantes transitassem pela escola, mas todos estavam focados no trabalho, não havia brincadeiras ou conversas desnecessárias ou fora de hora. Quando se ausentavam da sala era para ir até a sala de recursos.

Todos demonstraram responsabilidade e comprometimento. Na turma que havia a estudante cega, foi possível perceber a inclusão ocorrer, pois era grande a procura dos outros estudantes pela sua ajuda, tanto para testar as texturas utilizadas nos gráficos, como para auxiliar na compreensão do Braille. Durante vários momentos notou-se a felicidade da



estudante cega ao se sentir responsável por auxiliar os demais. Ela estava rindo e conversando bastante, o que não era de seu costume.

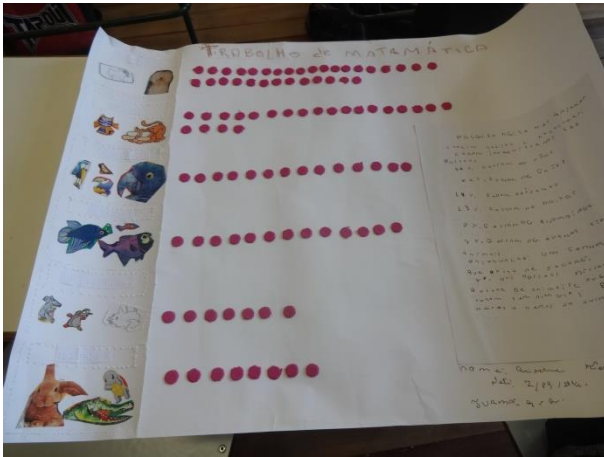
No segundo horário de 50 minutos de cada turma, houve a apresentação dos cartazes, a maioria soube responder corretamente aos questionamentos relacionados ao conteúdo de estatística da estagiária e da professora regente, referentes aos conceitos ensinados nas primeiras aulas. Ao final das apresentações houve uma breve explicação pela professora da sala de recursos sobre inclusão e sobre a acessibilidade de cada cartaz, e por fim foi eleito o cartaz, um em cada turma, que tivesse atendido melhor a proposta de acessibilidade.

Um dos grupos que se destacou era composto somente por meninos, que conforme relato da professora regente não tinham o costume de realizar as atividades propostas apresentando dificuldades de aprendizagem. Observou-se que o cartaz deste grupo ficou bem feito com os integrantes bastante comprometidos em usar os conceitos adequados e acessíveis aos estudantes com deficiência visual. Este fato revela como as modificações na organização do ensino, que inicialmente visavam atender as limitações dos estudantes com deficiência visual, acabaram por atender as limitações de outros estudantes sem deficiência.

Ao final desta sequência, ficou claro que foi possível atingir o objetivo, incluindo os estudantes com deficiência visual e os demais, reforçando assim, a prerrogativa de que ao preparar uma aula voltada a estudantes com alguma necessidade educacional especial, estamos não apenas contemplando os mesmos, como também toda a turma. Certamente a proposta conseguiu unir um pouco mais estes estudantes, fazendo-os refletir a respeito das necessidades do próximo, e ao coloca-los em uma posição de sujeitos transformadores, foi possível notar não apenas um maior comprometimento como também uma mudança de valores e atitudes para com os colegas.

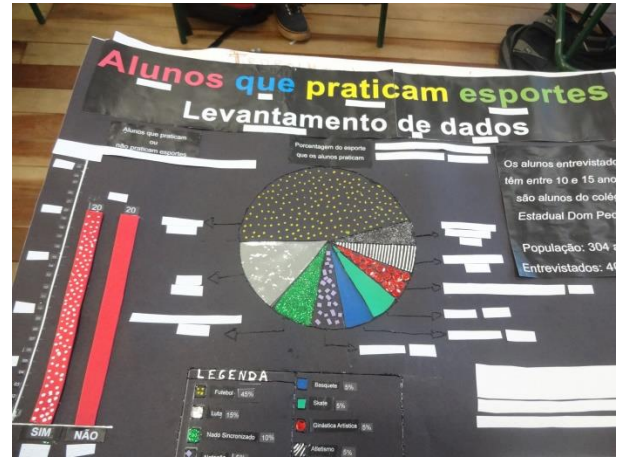
A seguir, fotos de alguns dos trabalhos apresentados.

FIGURA 1 - TRABALHO FEITO PELA ESTUDANTE CEGA



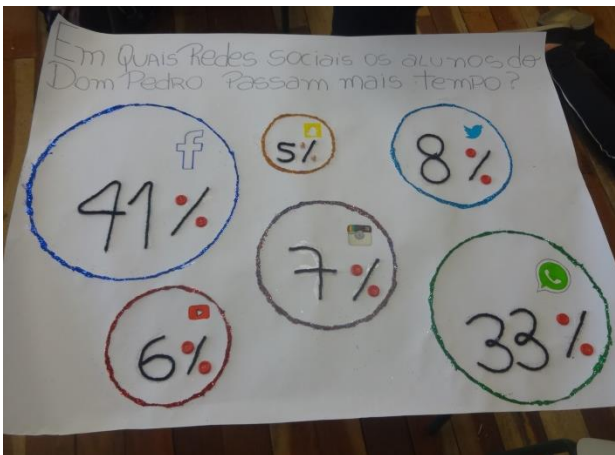
FONTE: A autora (2017)

FIGURA 2 – TRABALHO ELEITO MAIS ACESSÍVEL



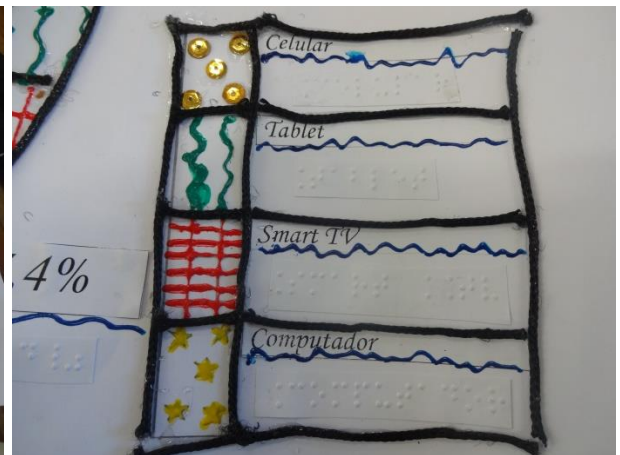
FONTE: A autora (2017)

FIGURA 3 – TRABALHO QUE CONTEMPLA TANTO O CEGO QUANTO O BAIXA VISÃO



FONTE: A autora (2017)

FIGURA 4 – DETALHES DE LEGENDA UTILIZADA PELOS ESTUDANTES



FONTE: A autora (2017)

Apesar de alguns conteúdos possuírem uma adaptação mais imediata, sempre que se pretende ensinar algo a estudantes com deficiência visual, somos tirados da zona de conforto que estamos inseridos, é necessário que se faça um planejamento mais detalhado e elaborado pensando nas necessidades educacionais do estudante, não podendo recorrer a recursos meramente visuais, o que para nós é algo natural.

Desta forma, o planejamento de uma aula para estudantes com deficiência visual demanda maior tempo não apenas para planejar o conteúdo trabalhado, como também para

pensar nos recursos que serão utilizados e ainda para a confecção ou adaptações do material pensado.

### **Considerações finais**

Quando um professor experiente se depara com o desafio de ensinar conceitos matemáticos em uma turma que tem um ou mais estudantes com deficiência visual, um dos primeiros pensamentos é ‘como vou fazer isso, se não tenho essa formação’. É verdade que somente nos últimos anos as questões de inclusão vêm sendo discutidas na formação inicial de professores e ainda com muitas limitações.

Para uma estudante da licenciatura em matemática, professora ainda em formação inicial, organizar o planejamento de aulas já é um desafio, e organizar pensando a inclusão de deficientes visuais torna o processo ainda mais complexo. Colocada frente a esta situação em função da turma de estágio que assumiu, e já envolvida e preocupada com estas questões desde estágios anteriores, pretendeu-se revelar o movimento de estudo e preparação que envolveu as interações com a orientadora de estágio, a professora da sala de aula regular, a professora da sala de recursos multifuncionais e outros profissionais. Desta forma destaca-se a importância de que estas ações relacionadas à formação do professor no atendimento de deficientes visuais em sala de aula regular, passem a ocorrer desde a formação inicial, no caso aqui relatado, na experiência de estágio.

### **Referências**

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações Curriculares** / Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. – Brasília: MEC / SEF/SEESP, 1998. 62 p.

COLL, C. (org.). **Da linguagem da deficiência às escolas inclusivas**. Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Porto Alegre: Artmed, 2004.

DA COSTA, A. B. **Adaptação e escolha de materiais para o ensino de Frações para Adolescentes com Deficiência Visual**. VI Congresso Brasileiro de Educação Especial, 2014.

DIAS, F. F.; SOUZA, K. B. **Estudo básico de polinômios na educação de cegos**. Monografia – Curso de Licenciatura em Matemática. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2007.

FERNANDES, Solange H. A. A. **Das experiências sensoriais aos conhecimentos matemáticos:** Uma análise das práticas associadas ao ensino e aprendizagem de alunos cegos e com visão subnormal numa escola inclusiva. 274f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

FERRONATO, R. A construção de Instrumento de Inclusão no Ensino de Matemática. 126f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

PARANÁ. **Instrução nº. 06/2016.** Estabelece critérios para o Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos Multifuncionais no Ensino Fundamental – anos finais e Ensino Médio - Deficiência Visual. Disponível em:  
<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/instrucoes/instrucao062016sued.pdf>. Acesso em 10 de janeiro de 2017.